

FENAE Agora

Publicação da Federação
Nacional das Associações
do Pessoal da Caixa
Econômica Federal.
Edição nº 75- ano 15.
Junho/julho 2012.
Distribuição gratuita.



**Impresso
Especial**

9912265362/2010-DR/BSB

FENAE

CORREIOS



Trabalho escravo

Duro suportar, difícil combater

Mais de 42 mil trabalhadores foram libertados, mas milhares continuam em degradantes condições de trabalho, sem que haja punição aos infratores nem definição de leis mais rígidas. É preciso denunciar e apoiar a luta contra esse tipo de crime, que persiste no Brasil



incentivo à construção de hábitos mais sustentáveis

No mundo caixa, você encontra.



A CAIXA apoia o consumo sustentável dentro e fora do ambiente de trabalho. Por isso, lança a Cartilha 5R, um conjunto de conceitos que podem ajudar na construção de hábitos mais solidários nas dimensões organizacional, social e pessoal.

Contamos com você como participante ativo desse processo, e o Mundo Caixa te ajuda na aplicação dos conceitos propostos. No Mundo Caixa, você encontra diversas matérias e dicas que mostram como é possível repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar. Veja em www.mundocaixa.com.br e conte com a gente!



MUITO MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA



> Editorial **4**



> Entrevista **5**



> Casa Nova **8**



> Capa **11**



> Campanha **9**

> Artigo **10**



> Funcef **16**



Apcef **18**



> Movimento **22**



> Artigo **25**



> Aposentados **26**



> Cultura **28**

Expediente:

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n.º 30, Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar, Brasília (DF) - CEP: 70395-900 - Telefone: (61) 3323-7516 - Fax: (61) 3226-6402 - www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br - **Diretoria Executiva - Diretor-presidente:** Pedro Eugênio Beneduzzi Leite. **Diretor vice-presidente:** Jair Pedro Ferreira. **Diretora de Administração e Finanças:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Diretor de Comunicação e Imprensa:** Daniel Machado Gaio. **Diretor de Esportes:** Paulo César Barros Cotrim. **Diretora de Cultura:** Ely Custódio Freire. **Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Olívio Gomes Vieira. **Diretoria Executiva:** Paulo Roberto Damasceno, Kardec de Jesus Bezerra, Maristela da Rocha, Marcos Benedito de Oliveira Pereira. **Conselho Fiscal - Titulares:** Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Paulo Cesar Matileti, Laércio Silva. **Suplentes:** Anabele Cristina Silva, Jorge Luiz Furlan, Daniel Pinto de Azeredo. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** José Áureo de Oliveira Junior. **Vice-presidente:** Cely Nascimento. **Secretário-geral:** Vera Lúcia Barbosa Leão. **Gerente de Comunicação:** Eurico Batista. **Jornalistas:** Antônio José Reis, Evando Peixoto, Amanda Vieira e Andréa Viegas. **Fotos:** as não identificadas são de autoria de Augusto Coelho. **Design:** Lisarb Sena de Mello e Marcelo Villodres. **Ilustrações e projeto gráfico:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Mylton Severiano e Fernando Nogueira. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 123 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.



> Esportes **32**



> Pegadas **36**



> Memória **30**



> Rede **38**



> Convênios **39**

Trabalho escravo, não!

Todo crime é revoltante.

Se o crime for contra a vida ou a dignidade da pessoa humana, a repulsa é maior ainda. É preciso combatê-lo, e os culpados devem ser punidos exemplarmente.

O trabalho escravo contemporâneo é o tipo de crime que se insere entre esses mais chocantes. É algo distante da mente do homem moderno, acostumado a ouvir que a escravidão acabou há mais de 120 anos. Quando se constata que em pleno século XXI, na era da tecnologia e da comunicação sem fio, milhares de pessoas ainda são obrigadas a trabalhar sem direito a pagamento nem a condições mínimas de sobrevivência, recusa-se a acreditar.

A Fenaé encontra-se indignada, diante dessa dura realidade. É inaceitável que trabalhadores sejam submetidos a essa situação degradante, e que o país não consiga combater satisfatoriamente esse tipo de crime. É preciso avançar os mecanismos de fiscalização e erradicar de vez essa conduta nefasta ao desenvolvimento do Brasil.

O combate às injustiças faz parte da história da Fenaé, com sua tradição de luta pelos direitos dos trabalhadores e por avanços políticos e sociais. Com esse espírito, a Fenaé se une aos movimentos da sociedade civil, dispondo seus instrumentos de comunicação e mobilização para apoiar o enfrentamento ao trabalho escravo.

Estamos nessa luta. Trabalho escravo, não! <





Pedro Tupinambá

Política de queda dos
juros e papel do sistema
financeiro no Brasil

O economista Pedro Tupinambá é técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) - subseção Seeb/DF, com graduação pela Universidade Federal da Bahia. Nesta entrevista, ele analisa a queda dos juros e a importância dessa política para a sociedade e para a classe trabalhadora, saindo em defesa da realização de uma Conferência Nacional do Sistema Financeiro. Confira...

FA – O governo federal adotou uma política de queda nas taxas de juros para os bancos públicos federais, sobretudo BB e Caixa. Qual o peso dessa iniciativa para o crescimento econômico e social do país?

Pedro Tupinambá – Essa iniciativa parte do reconhecimento do papel dos bancos públicos como instituições capazes de regular o funcionamento do sistema financeiro nacional, em especial na intermediação e alocação do crédito, que são funções primárias dos bancos. Pesou ainda mais na iniciativa o cenário de desaceleração da atividade econômica e o menor ritmo de crescimento do crédito, por conta da maior aversão

ao risco do capital, refletida na maior provisão de crédito de liquidação duvidosa. Entre os cinco maiores bancos em ativos, as provisões cresceram mais de 33% no primeiro trimestre de 2012, frente ao mesmo período de 2011. Some-se a isto, a constatação de que o sistema financeiro manteve estável o nível de *spread* bancário (margem de intermediação financeira), apesar da queda da taxa básica de juros, a Selic.

Por outro lado, diante de conjuntura externa adversa, a saída para a recuperação da economia brasileira passa pelo fortalecimento do mercado interno, através do aumento do consumo e dos investimentos. É neste sentido que a redução dos juros pelos bancos públicos busca incentivar a demanda por novas operações de crédito, tanto para o consumo de bens duráveis de maior agregado, como no caso dos automóveis, quanto na tomada de recursos para capital de giro e ampliação da capacidade produtiva pelas empresas.

FA – A diminuição das taxas de juros é uma reivindicação antiga do movimento sindical brasileiro. Em que medida uma política com esse objetivo poderá influir no cotidiano da classe trabalhadora?

Tupinambá – A taxa de juros é uma variável econômica que afeta fortemente a atividade produtiva, o emprego e a renda das pessoas. Basicamente, se os juros são altos, torna-se mais atraente manter o dinheiro nos bancos do que investido na produção. Com isso, a economia esfria e não há

a mesma geração de empregos. Por consequência, os salários reais tendem a cair, ao mesmo tempo em que o crédito para as famílias fica mais caro. E são estas condições que influenciam a decisão dos trabalhadores por consumir mais ou menos.

FA – Historicamente, o Brasil é um dos países que mais transfere renda para a parcela mais rica da população, notadamente através do pagamento de juros da dívida pública. O que fazer para assegurar o desenvolvimento do país em outra perspectiva?

Tupinambá – O financiamento da dívida pública vem sendo feito com o pagamento de juros reais muito elevados. Isso faz com que volumosos recursos arrecadados com tributos não sejam aplicados na infraestrutura, em serviços públicos ou políticas sociais, mas sejam destinados aos bancos e outros investidores em papéis da dívida pública. Isto está refletido no chamado superávit primário, representado por receitas menos despesas, exceto pagamento de juros. Daí ser preciso mudar o enfoque da política econômica, desvinculando-a dos interesses do setor financeiro, ao garantir a continuidade dos investimentos públicos na produção, além de implantar um sistema tributário mais justo, que tribute a parcela mais rica da sociedade.

FA – Queda dos juros puxada pelos bancos públicos, com a consequente diminuição dos *spreads* nos bancos privados, é sinônimo de crédito barato e facilitado?



Tupinambá – Enquanto a taxa básica caiu de 18% ao ano, em dezembro de 2005, para 10,25%, em fevereiro de 2012, os *spreads* médios nos bancos variaram de 28,6% para 28,4%. A margem líquida, que é o maior componente do *spread* e representa o lucro da intermediação financeira, subiu de 29,94% para 32,74%. Estudo do Dieese constatou que, enquanto em janeiro de 2012 a taxa média paga para aplicações financeiras no Brasil estava em 38% ao ano, a taxa média de captação era de 10,2% ao ano, o que resultou em um *spread* de 27,8% ao ano. Enquanto isso, os *spreads* bancários em países da região eram bem menores: Argentina (3,39% ao ano), Chile (4,49%), México (3,82%), Colômbia (7,37%) e Bolívia (9,61%). O corte de juros para reduzir o *spread* não garante que os bancos continuarão reduzindo o custo e as condicionais do acesso ao crédito. A redução dos juros pelos bancos se deu em algumas linhas de crédito, concentradas naquelas que garantiam maior retorno ao setor bancário e com menor perfil de risco de inadimplência.



FA – De que maneira a competição entre os bancos públicos e privados poderá traduzir-se em melhores serviços para a população?

Tupinambá – A estrutura do mercado bancário brasileiro modificou-se consideravelmente com as fusões/aquisições, as privatizações de bancos públicos e a abertura do mercado ao capital privado internacional, principalmente após o advento do Plano Real. Todas essas variantes institucionais alteraram a composição do capital, tornando o setor mais concentrado em poucos bancos e operado por *holdings* financeiras.

Essa situação significou menor concorrência entre os bancos e não se traduziu na melhoria dos serviços aos clientes e usuários, seja nas agências, no atendimento eletrônico e virtual ou nas formas de atendimento via correspondentes bancários, que se configura em trabalho precarizado. Houve ainda o aumento no número de reclamações sobre condutas dos bancos, sendo as mais recorrentes os débitos não autorizados, a cobrança irregular de tarifas em serviços não contratados, os esclarecimentos

incorretos ou incompletos e o descumprimento de prazos acordados com clientes.

FA – Que relação existe entre a política de queda dos juros e a defesa de uma conferência nacional do sistema financeiro, conforme proposta encaminhada para o governo por entidades como a Contraf/CUT?

Tupinambá – A proposta de realização de uma conferência nacional do sistema financeiro tem como fundamento a necessidade de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal, por lei complementar. Esse debate permitiria discutir questões como o papel do sistema financeiro na alocação de crédito voltado ao desenvolvimento. Isso ficou evidente nas ações dos bancos públicos federais para reverter os efeitos da crise financeira internacional de 2008, uma vez que os bancos privados restringiram o crédito naquela ocasião. A recente redução dos juros pelos bancos públicos, em que pese as condicionalidades do acesso ao crédito, teve uma função reguladora ao forçar a reação do setor privado. Diante da carência de regulamentação do sistema financeiro nacional, não há limite para as taxas de juros reais cobradas nos empréstimos e tampouco critério sobre as responsabilidades dos bancos na alocação de crédito para as regiões menos desenvolvidas.

FA – Que contrapartidas o setor bancário poderá oferecer para fomentar a atividade econômica no país?

Tupinambá – Além de operar por concessões públicas, os bancos controlam recursos de terceiros, o que significa que são capazes de multiplicar dinheiro na intermediação financeira, mesmo sem qualquer capital próprio. Além disso, os bancos podem criar incentivos à produção a partir do crédito direcionado e de longo prazo, ainda que essa iniciativa seja uma prática exclusiva dos bancos públicos, com vistas a fomentar o crédito voltado para as pequenas e médias empresas e para a produção agrícola familiar. Os recursos dos depósitos compulsórios poderiam ainda garantir os empregos e o acesso ao crédito, sem qualquer condicionalidade.

FA – Como a sociedade civil no Brasil poderá organizar-se para fazer frente à oligopolização do sistema financeiro nacional, tendo em vista que os seis maiores bancos do país concentram a maior parte dos ativos totais e das operações de crédito?

Tupinambá – No plano institucional, cabe aos órgãos governamentais definir o funcionamento das estruturas de mercado, por meio de ações preventivas e corretivas que possam limitar ou prejudicar a livre concorrência, através do chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). Assim, o funcionamento do sistema financeiro prevê, indiretamente, mecanismos de controle social, como a possibilidade de solicitar estudos, pareceres técnicos e realização de audiências públicas, principalmente nos casos de operações lesivas à concorrência.◀

Fenae de casa nova: 41 anos de lutas e conquistas

No ano em que completa 41 anos, a Fenae celebra mais uma conquista: a mudança para a nova sede, mais ampla e acolhedora, para caberem novos sonhos e responsabilidades. O novo endereço é o edifício Assis Chateaubriand, na Avenida W-3 Sul, em Brasília, local que recebe também a Galeria do Pessoal da Caixa, que ocupava, até então, um espaço na Apcef/DF.

Desde a sua origem, em 1971, a Fenae está presente no cotidiano dos empregados da Caixa, promovendo cultura, lazer e atividades esportivas em parceria com as Associações de Pessoal da Caixa (Apcefs), e também apoiando os empregados da Caixa nas lutas políticas e sindicais. A entidade cresceu na proporção dos desafios enfrentados, revelando-se uma entidade combativa, forte e representativa.

Recentemente, a Fenae vem atuando no mercado como acionista da holding FPC Participações Corporativas S/A, com objetivo de gerar recursos para o fortalecimento do movimento associativo. Essas atividades comerciais beneficiam o empregado da Caixa, seja na forma de patrocínios a eventos esportivos, culturais e sociais, ou por meio de campanhas e ações diversas.

O salto de modernidade da Federação é resultado direto da história dos empregados da Caixa de todo o Brasil. Neste aniversário de 41 anos, a Fenae renova seu compromisso de servir ao bem-estar dos empregados, aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal. <



Sua **APCEF**



Conheça o Guia de Benefícios e **“encontre o tesouro”**

Por todo o país, os empregados ativos e aposentados da Caixa Econômica Federal estão recebendo o Guia de Benefícios das Apcefs. Editado pela Fenae, o guia foi elaborado para divulgar as 27 associações do pessoal da Caixa, entidades que refletem a força do associativismo nacional e as conquistas alcançadas pelos bancários em vários anos de lutas.

O Guia de Benefícios traz informações sobre as estruturas de cada Apcef, os serviços prestados como convênios, assistência jurídica e hospedagem, entre outros, além das principais realizações da Fenae, como jogos, festival de música e circuito cultural. São 64 páginas em formato de fácil manuseio, conhecido como “guia de bolso”, apropriado para uso em viagens. A publicação resume a grandiosidade das associações, que hoje contam com locais estruturados para a prática de esporte, lazer e eventos sócio-culturais em todos os estados brasileiros. Além de fotos e informações sobre as associações, o guia traz um mapa indicativo das referências turísticas de cada localidade.

Prêmios

A publicação faz parte da promoção “Sua Apcef – o benefício que você conquistou”, lançada pela Fenae e o Mundo Caixa em abril deste ano. O objetivo é mostrar que a Apcef é uma conquista para o empregado da Caixa, e que a sua participação na condição de associado é importante, não apenas para a melhoria das sedes das Apcefs, mas para fortalecer a representação política e sindical dos trabalhadores.

Durante a campanha, que vai até dezembro de 2012, os associados concorrerão a prêmios mensais. E por meio do Guia de Benefícios, todos poderão concorrer a um excelente prêmio, que será sorteado em agosto próximo. Trata-se de uma atividade interativa, na qual o interessado deve encontrar um desenho que está oculto no Guia de Benefícios e depois responder a um questionário por meio do site da Fenae. As informações sobre a promoção e a forma de participação encontram-se no site www.fenae.org.br.<



A senhora M., o passarinho e a previsão de Da Vinci

No quintal de M., mãe de nosso vizinho fornecedor de frutos do mar, um passarinho pouco mais que filhote se atira dum lado a outro dentro da gaiola pendurada na parede da casa de madeira. A manhã é de sol sobre céu azul.

“Ele está se debatendo”, diz Lilás, condoída.

“É que faz pouco tempo que a gente prendeu, depois ele se acostuma”, explana M.

Nossa vizinha sexagenária é nativa da ilha florianopolitana, único lugar que conheço onde existe um curiódromo e rola um comércio de curiós bons de canto – um cantorzinho principiante pode custar mil reais. M. não acha errado prender passarinho, assim como conterrâneos dela acham normal sair pelas ruas carregando curiós engaiolados; promover a “farra do boi”, em que uma turba persegue o animal dando garrafada no chifre, espetadas no corpo, tochas no ânus; deixar cão preso dia e noite na corrente de metro e meio, por vezes sem comida e sem água. O maltrato ao cachorro nós denunciemos num telefone indicado na Prefeitura. A voz recomendou fazer um B.O. no bairro, às autoridades que talvez comunguem dessa cultura.

O pacifista indiano Mahatma Gandhi (1869-1948) dizia que podemos julgar uma civilização pela forma como trata seus animais. Eu não conhecia este pensamento de Gandhi aos 15 anos quando cheguei do ginásio e vi, penduradas no abacateiro, duas gaiolas com passarinhos. Minha mãe disse que eram de meu irmão Ivo, de 11 anos, que havia trocado seu jogo de futebol de botões pelos canários. Soltei os dois. Usei a condição de mais velho dos cinco irmãos para deixar claro que em nossa casa não haveria gaiolas. Na época tinha uma música muito tocada no rádio, Açum Preto, de Luís Gonzaga e Humberto Teixeira, que me compungia:

Talvez por ignorança,
Por maldade das pió,
Furaro os óio do açum preto
Pra ele assim, ai, cantá mió.

Em sua prisão, o passarinho de M. se debate na ilusão de que nalgum momento encontre uma abertura por onde saia voando.

“Coitadinho”, diz Lilás.

“Não. Eles gostam de ter o cantinho deles”, argumenta M. pitando seu cigarro.

Vamos embora lamentando a intransponível muralha entre nossa vontade de libertar o bichinho e a naturalidade com que a vizinha atrai pássaro canoro para a gaiola usando como iscas outro cantor e alpiste.

As touradas de Madrid estão virando cartazes de lembrança nas paredes, e a farra do boi é agora proibida em Santa Catarina, demonstrando mais uma vez que as leis também podem ser educativas.

Consta que o maior gênio humano foi o pintor, inventor, arquiteto e projetista italiano Leonardo da Vinci (1452-1519). Ele previu o elevador, o submarino, o helicóptero, o paraquedas. Também previu:

“Chegará o dia em que os homens conhecerão o íntimo dos animais, e então um crime cometido contra um animal será considerado um crime cometido contra a humanidade.”

Mais rápido avançamos materialmente que moralmente.<



Amanco Chioldi

Mylton Severiano
é jornalista e escritor.
myltonseveriano@gmail.com

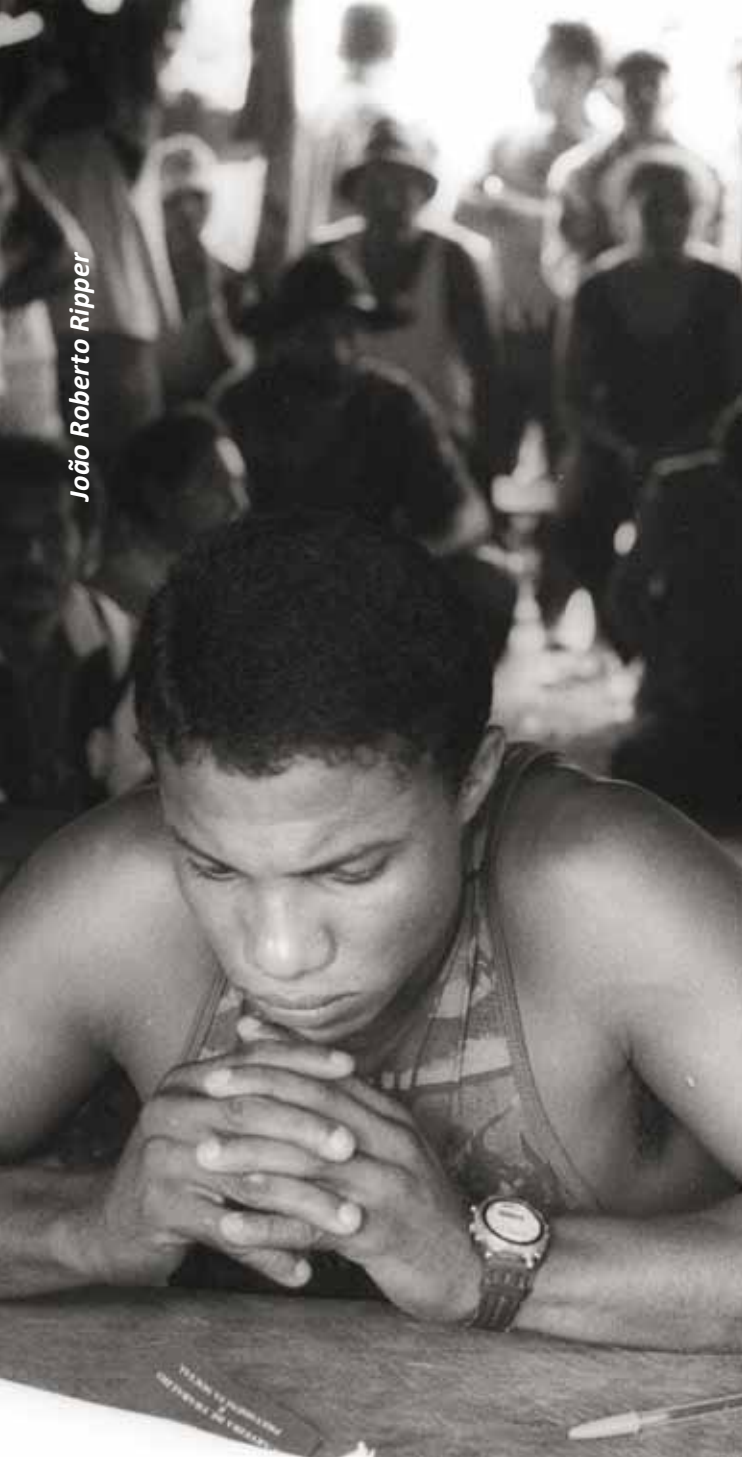
Trabalho escravo, triste realidade

João Roberto Ripper

Nos últimos 17 anos, o Brasil tem realizado esforços para combater o trabalho escravo, mas as ações não estão sendo suficientes para por fim a esta triste realidade. De 1995 – quando o país reconheceu oficialmente a existência de trabalhadores em condição análoga à de escravo – até o primeiro trimestre de 2012, mais de 42 mil trabalhadores foram libertados dessa situação, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foi a primeira a denunciar, na década de 1960, as condições desumanas em que viviam parcelas dos trabalhadores brasileiros

A escravidão contemporânea implica condições degradantes e restrições à liberdade do trabalhador, que é obrigado a trabalhar sem receber pagamento para quitar dívidas de transporte, alimentação e equipamentos de trabalho com os patrões. A senzala dos negros escravizados foi substituída por barracões ou acampamentos, onde os trabalhadores não dispõem de água potável, sanitários ou sequer cama para dormir. As equipes de fiscalização encontram pessoas tomando água contaminada e convivendo com animais.

O Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, elaborado por geógrafos da Unesp e da USP, aponta Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso como os estados mais críticos. Mas a exploração de mão de obra escrava se espalhou pelo país. Já não é crime só da zona rural, alcança trabalhadores urbanos, especialmente da construção civil e de confecções – com a exploração de imigrantes, a maioria ilegal – conforme constata a fiscalização.



Os flagrantes de trabalho escravo na construção civil se acentuaram nos últimos três anos em São Paulo, com maior incidência na região de Campinas, o que motivou a criação de uma CPI do Trabalho Escravo em Obras da Construção Civil na Câmara dos Vereadores daquele município, que concluiu pela existência do problema.

No Brasil, o combate ao trabalho escravo começou em 1995, após pressão de organismos internacionais, que cobravam do país medidas de enfrentamento. Naquele ano, foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e

Emprego, que recebe as denúncias e fiscaliza com apoio do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal. O grupo tem, hoje, quatro equipes e recebe apoio das superintendências regionais do MTE.

Em 2003, o Governo Federal lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que é coordenado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). A segunda edição do plano foi lançada em 2008 com 66 ações, divididas em cinco áreas: Ações Gerais, de Enfrentamento e Repressão, de Reinserção e Prevenção, de Informação e Capacitação e Ações Específicas de Repressão Econômica.

As entidades da sociedade civil se queixam do ritmo de execução do plano. Segundo Antônio Filho, secretário Executivo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Açaílândia (MA), das medidas previstas no primeiro plano nacional, as principais não saíram do papel, o que compromete a atuação do Estado, deixando de acontecer o combate de forma efetiva e prioritária.

Conforme a Conatrae, avaliação realizada em 2010 constatou que cerca de 50% das ações estavam sendo cumpridas, total ou parcialmente. A comissão admite que “há lacunas a ser preenchidas, principalmente nas ações de prevenção e reinserção, que exigem maior pactuação interinstitucional”.

Além do plano de enfrentamento, o governo criou, em 2004, o Cadastro de Empregadores flagrados explorando mão de obra análoga à escrava. Conhecido como “Lista Suja”, é atualizado a cada seis meses. O empregador incluído no cadastro fica impedido de obter empréstimos em bancos oficiais e seu nome só é excluído após comprovar que não houve reincidência e ter pago as multas previstas.

A lista é considerada um importante instrumento para combater a exploração de mão de obra escrava, porque expõe à censura social os empregadores. Além disso, as empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, criado pela ONG Repórter Brasil, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Instituto Ethos, são orientadas a cortar relações comerciais com empregadores que constam na lista. O objetivo é evitar que essas empresas tenham como escoar sua produção.

A sociedade pode ajudar no combate ao trabalho escravo, defende o Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, Jonas Moreno. Para ele, o desenvolvimento sustentável é incompatível com a utilização de trabalho escravo.

“É imprescindível a conscientização do consumidor acerca da necessidade de se abster de comprar produtos oriundos de empresas que se utilizam de mão de obra análoga à de escravo em sua cadeia produtiva”, reforça.

O Brasil adotou várias medidas restritivas e legislação para coibir o trabalho escravo. O crime está previsto no artigo 149 do Código Penal, que define o conceito e prevê prisão de dois a oito anos para os infratores, podendo chegar a 12 anos se for cometido contra criança.

O grande entrave para erradicar o trabalho escravo é a impunidade, avalia o coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra, Frei Xavier Jean Plassat. “Houve avanços significativos na fiscalização e repressão, mas existe déficit grande da ação penal. Verificamos,

com base em dados empíricos, que nenhum caso de operação de resgate de trabalhador gerou ação penal efetiva. E poucas ações penais estão em fase de conclusão”, ressalta.

A afirmação é reforçada por Antônio Filho, do CDVDH de Açailândia. Segundo ele, o Judiciário não condena quem comete esse crime. No Maranhão, estado com maior número de trabalhadores envolvidos na escravidão contemporânea, apenas 25% dos casos fiscalizados reverteram em processo judicial, e só dois casos de prisão foram registrados, frente a mais de 220 flagrantes do crime.

“Não temos informações de alguém condenado e preso por algum tribunal brasileiro por ter submetido pessoas à escravidão contemporânea”, enfatiza. A pena prevista no Código Penal geralmente é substituída por doação de cesta básica ou prestação de serviço comunitário.

Para o Frei Xavier Plassat, a prática de trabalho escravo não pode ser tratada como mera irregularidade trabalhista, e sim como um crime contra os direitos humanos.

João Roberto Ripper

Como Denunciar:

Comissão Pastoral da Terra (CPT)
www.cptnacional.org.br

Ministério do Trabalho e Emprego
www.mte.gov.br

no site estão disponíveis os endereços das Gerências Regionais e das Agências Regionais.



PEC do Trabalho Escravo

Se o Judiciário deixa a desejar, o Legislativo levou mais de uma década para aprovar o Projeto de Emenda Constitucional 438/2001. A PEC do Trabalho Escravo foi aprovada em segundo turno na Câmara, em 22 de maio de 2012, e voltou ao Senado. Se sofrer alteração, pode voltar à Câmara.

A PEC insere no artigo 243 da Constituição Federal o confisco de imóveis urbanos e rurais onde forem encontrados trabalhadores em situação análoga ao trabalho escravo. Essas propriedades deverão ser destinadas à reforma agrária e habitação popular.

A ofensiva da bancada ruralista no Congresso deve continuar. Em maio, foi apresentado na Câmara o Projeto de Lei 3.842/12, que cria um novo conceito de trabalho escravo, excluindo termos como jornada exaustiva e condições degradantes de trabalho, e

prevê a necessidade de ameaça, coação e violência para caracterizar o trabalho escravo.

Para as entidades de defesa dos Direitos Humanos, se aprovada, essa proposta representará um retrocesso aos avanços já conquistados.

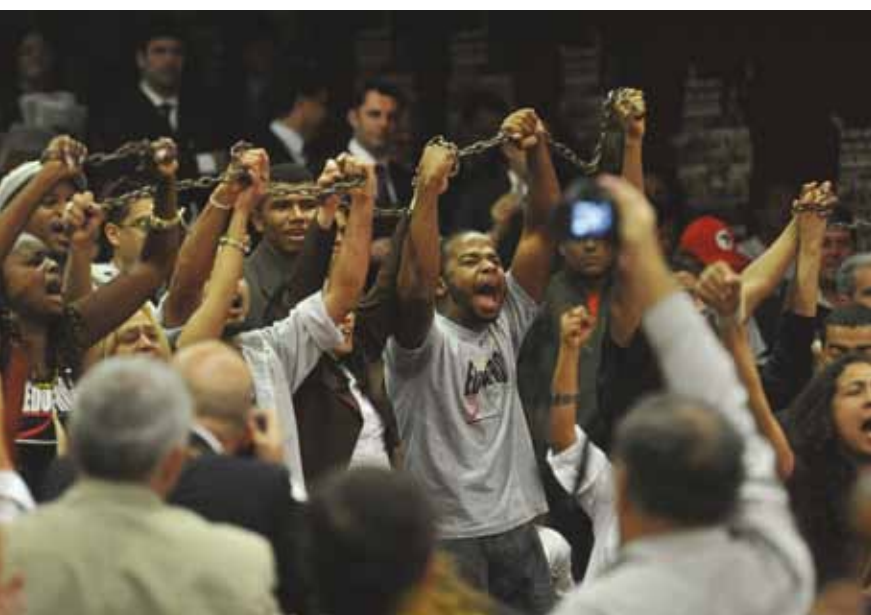
Ameaças aos auditores

Para apurar as denúncias, os auditores fiscais do trabalho enfrentam dificuldades. Com poucos profissionais, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel reduziu as equipes, denuncia a presidente do sindicato da categoria (Sinait), Rosângela Rassy. A entidade reivindica a contratação de auditores para tornar a fiscalização mais presente e eficaz.

Outra preocupação é a segurança. Conforme Rosângela, mesmo com o apoio e escolta da Polícia Federal em todas as ações, houve registros de perseguições aos agentes da fiscalização

na região de Marabá (PA), e tiroteio no Mato Grosso, em que os auditores ficaram no meio do fogo cruzado. Não houve vítimas.

“As equipes estaduais também sofreram ameaças de madeireiros em Paragominas (PA) e de fazendeiros em Santa Catarina. Em ambos os casos, para garantir a segurança e a integridade física, as equipes tiveram que sair dos municípios e as ações foram reorganizadas para voltar num outro momento, depois de intervenções na esfera administrativa”, revela a presidente do Sinait.



Antonio Cruz / ABR

Em janeiro de 2004, três auditores fiscais foram mortos numa emboscada, em Minas Gerais, que ficou conhecida como a Chacina de Unaí. O dia da morte deles, 28 de janeiro, passou a ser o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. O crime continua impune.

Sem oportunidades

Os trabalhadores são arregimentados em regiões de grande pobreza e falta de oportunidades de trabalho. Muitos são resgatados, retornam às cidades de origem, mas não encontram alternativa e voltam a “tentar a sorte” quando os “gatos” (aliciadores) reúnem trabalhadores em pontos estratégicos. A maioria é do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 44 anos, analfabetos ou com até quatro anos de estudo.

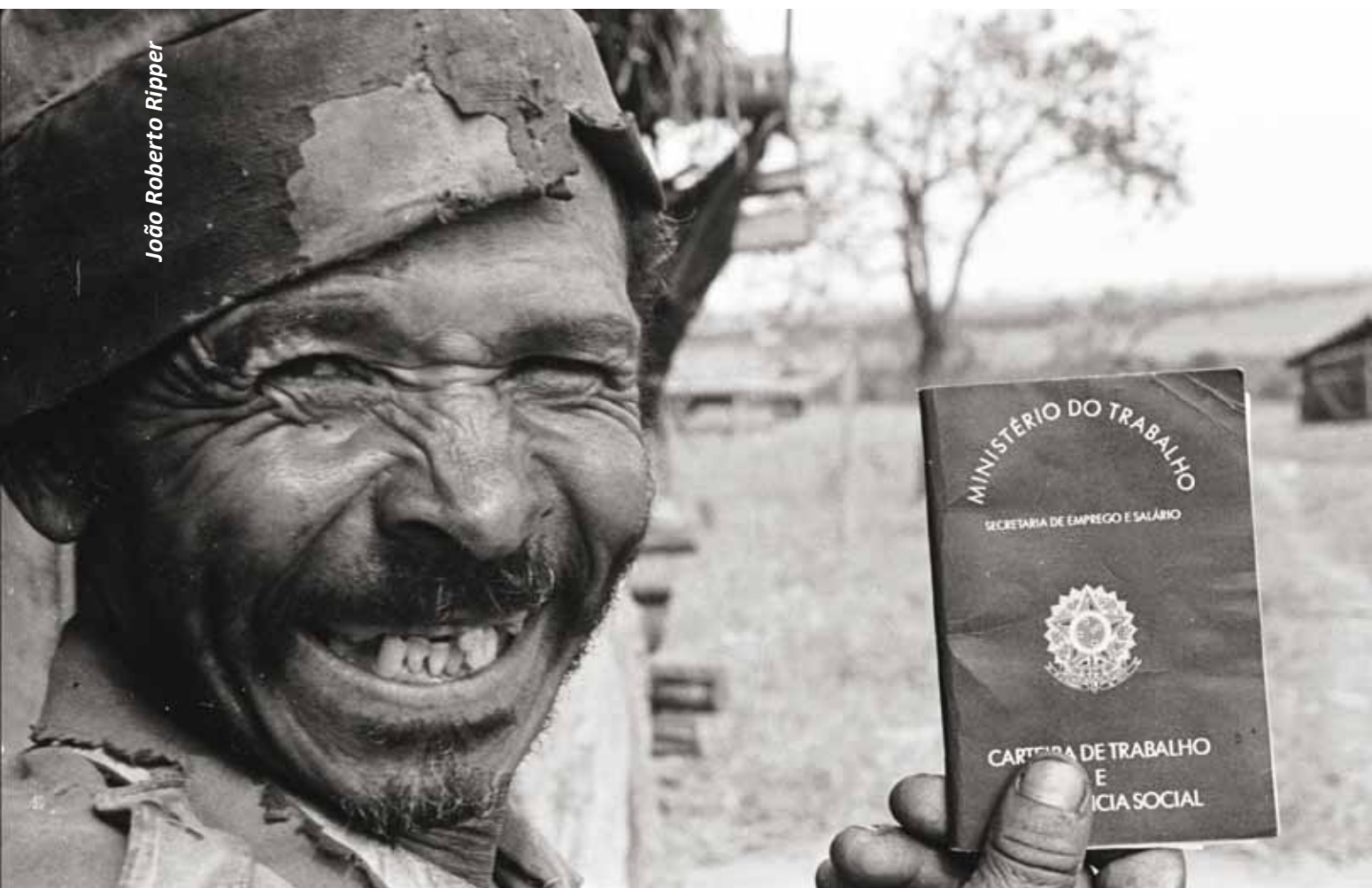
Por iniciativa dos Auditores Fiscais do Trabalho, foi criado o seguro-desemprego especial para trabalhadores resgatados da escravidão, que virou lei. Mas isso não é suficiente para “segurar”

o trabalhador em seu local de origem depois do resgate. Quando o seguro-desemprego acaba, ele continua sem alternativa de trabalho.

O Ministério Público do Trabalho está implementando dois projetos, “Resgatando a Cidadania” e “Caminhos para a Liberdade”, que visam qualificação e reinserção profissional, além da implementação de políticas públicas de prevenção à escravidão, combate ao aliciamento e ao tráfico de pessoas, bem como o transporte irregular e inseguro de trabalhadores.

No Mato Grosso, a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho também promove ações para reinserção dos trabalhadores resgatados com a realização de cursos e encaminhamento para vagas de trabalho.

Em Açailândia (MA), o CDVDH dá apoio aos trabalhadores resgatados e tem conseguido inserir trabalhadores no mercado de trabalho. Todos esses esforços são importantes, mas é necessário avançar na construção de políticas públicas para criar oportunidades reais de trabalho digno e sobrevivência para os trabalhadores e suas famílias.◀



João Roberto Ripper



Os representantes eleitos Antônio Fermino e Marco Antônio Moita (Conselho Deliberativo), e Regina Maria Pereira e Francisco Vagner Leite (Conselho Fiscal)

Rumo certo para a **Funcef** e em **defesa dos interesses** dos participantes

Novos conselheiros deliberativos e fiscais foram eleitos para a Funcef, em pleito realizado no período de 7 a 11 de maio deste ano. Entre os desafios para esses representantes, o destaque fica por conta da busca por maior participação dos associados, para que a Fundação passe a fazer parte do cotidiano de todos os seus participantes. Solução também deve ser dada para o contencioso jurídico e para a incorporação do REB pelo Novo Plano. Quem deixa o cargo de conselheira deliberativa eleita é Fabiana Matheus, diretora da Fenae

Em 2012, quando se completam 10 anos da primeira eleição paritária para os conselhos nos fundos de pensão, com base na Lei Complementar 108/2001, novos desafios e novas lutas aguardam os conselheiros deliberativos e fiscais eleitos na Funcef no pleito ocorrido de 7 a 11 de maio. As eleições na Fundação combinaram resistência e mobilização, além de terem fortalecido a participação dos trabalhadores na gestão da Funcef, na luta por mais e melhores benefícios para todos os participantes.

Em 30 de maio, o ato de posse foi prestigiado por lideranças do movimento sindical e associativo, e por empregados da Caixa e da Funcef. Ocorreu em clima de celebração de conquistas e de afirmação da luta em defesa da Funcef. No Conselho Deliberativo, os empossados foram Antônio Luiz Fermino (titular) e Marco Antônio de Oliveira Moita (suplente). Para o Conselho Fiscal, o posto foi assumido por Regina Maria da Costa Britto Pereira, na condição de titular, e por Francisco Vagner Dantes Leite, como suplente.

Para Fermينو, o principal desafio do mandato dos novos conselheiros é a busca por maior participação dos associados, “para que a Funcef passe a fazer parte do cotidiano de todos os seus participantes”. Na lista das prioridades ele cita ainda a questão do contencioso jurídico, a incorporação do REB pelo Novo Plano, a luta contra a retirada de patrocínio dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar e a mudança na política de investimentos.

O resultado do processo eleitoral, segundo Fermينو, revelou a existência de vários pontos de vista sobre a melhor maneira de conduzir a Funcef. E acrescentou: “Venceu o projeto mais coerente, que conquistou a confiança da maioria, por defender a construção coletiva de uma Fundação cada vez mais transparente e democrática, com gestão segura e eficiente.” Neste sentido, de acordo com Fermينو, o mandato dos que assumem será uma continuidade ao trabalho dos que deixaram o cargo.

Fabiana Matheus: “mandato de muito trabalho”

A diretora de Administração e Finanças da Fenaef, Fabiana Matheus, exerceu dois mandatos consecutivos no Conselho Deliberativo da Funcef – o primeiro de dois anos (2006 a 2008) e o segundo de quatro (2008 a 2012). E foram, segundo ela, períodos de muito trabalho.

Ao fazer uma retrospectiva de seu mandato como conselheira, Fabiana Matheus diz que muitas pessoas imaginam que os conselheiros só participam de uma reunião ordinária por mês, ou de algumas outras extraordinárias. Mas não é bem assim, diz ela. **“O processo é de muito trabalho, e os representantes são obrigados a estudar relatórios e documentos para dar conta minimamente das demandas e atender, assim, aos interesses dos participantes.”**

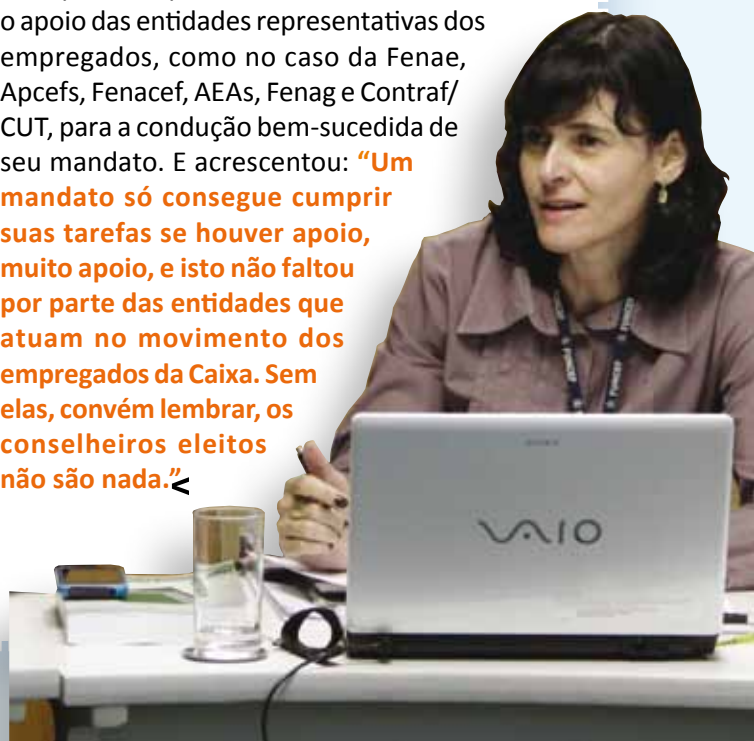
Nos últimos 10 anos, segundo Fabiana, muita coisa mudou na Funcef, que passou de um patrimônio de R\$ 9 bilhões, em 2002, para R\$ 46 bilhões, em 2011. No bojo das conquistas, ela cita a implantação do Novo Plano; o saldamento do REG/Replan; a mudança no Estatuto, com garantia de representação paritária nas instâncias de gestão; a instituição dos comitês de assessoramento técnico e do voto qualificado (50% + 1) para questões relevantes; a mudança no método de custeio do REG/Replan não saldado; a criação do Fundo de Revisão dos Benefícios e da Ouvidoria; a recuperação de uma dívida da Caixa para com a Funcef no valor de R\$ 226 milhões; a adesão da Funcef ao programa **“Pró-Equidade de Gênero – Oportunidades Iguais**

e Respeito às Diferenças”; e a consolidação do planejamento estratégico.

Fabiana Matheus afirma que os conselheiros eleitos sempre tiveram claro de que lado era o alvo da sua opção: o lado dos participantes da Funcef. Ela observa que deixa o cargo com o sentimento do dever cumprido, mas com a vontade de ter feito mais, sobretudo em relação a duas questões ainda não resolvidas: incorporação do REB pelo Novo Plano e contencioso jurídico. **“Mas isto faz parte das nossas limitações”.**

Em seus dois mandatos no Conselho Deliberativo, segundo Fabiana, o momento mais doloroso ocorreu em 2011, quando a Caixa usou o voto de Minerva para não conceder um reajuste melhor aos aposentados. “Isto causou revolta e indignação.”

De positivo, porém, Fabiana Matheus anota o apoio das entidades representativas dos empregados, como no caso da Fenaef, Apcefs, Fenacef, AEAs, Fenag e Contraf/CUT, para a condução bem-sucedida de seu mandato. E acrescentou: **“Um mandato só consegue cumprir suas tarefas se houver apoio, muito apoio, e isto não faltou por parte das entidades que atuam no movimento dos empregados da Caixa. Sem elas, convém lembrar, os conselheiros eleitos não são nada.”** <





Na
Na Apcef/MA, em vez de quadrilhas, a festa foi marcada pela dança do bumba-meu-boi



Dança, festejos, junho quente nas Apcefs

O clima dos festejos juninos tomou conta de várias Apcefs durante o mês de junho. Cada associação comemorou os dias de Santo Antônio, São João e São Pedro do seu modo, mas não faltaram quadrilhas, bingos, casamentos caipiras, forró, comidas típicas, concursos de rei e rainha do milho, e muita animação, contagiando crianças e adultos. Em algumas associações, chamou atenção o resgate de manifestações culturais como a dança do bumba-meu-boi no Maranhão. Por outro lado, novos ritmos musicais como o “country” ditaram o som das festas.





Grupos de dança caracterizados de índios também se apresentaram na festa junina realizada pela Apcef/MA



Casais dançaram coladinhos no arrastapé da Apcef/SP



Na Apcef/DF, o evento realizado em 23 de junho foi animado por várias manifestações musicais, como o forró pé de serra



O "arraiad" da Apcef/RN teve apresentação de quadrilha no melhor estilo caipira



O No "Forró Azul", da Apcef/BA, os associados fizeram ciranda e se divertiram com empolgação



A festa da Apcef/RN foi animada por quadrilhas e grupos musicais



O São João do Pessoal da Caixa, realizado pela Apcef/PE, lotou o Clube Português, e os associados dançaram até amanhecer o dia





A quadrilha improvisada por diretores e associados foi uma das atrações do Santo Antônio da Caixa, promovido pela Apcef/GO



Cangaceiras e caipiras se apresentaram durante o festejo junino da Apcef/SE



Os

Associados acompanharam atentamente as apresentações de quadrilhas e grupos musicais no São João na Caixa da Apcef/PI



A
da

Dança country apresentada por sócios mirins foi uma das atrações da festa junina Apcef/PR





Trabalho demais, braços de menos

Combinação de crescimento acelerado da carga de trabalho com ritmo lento nas contratações sufoca empregados da Caixa, com impacto na saúde e na qualidade de vida dos bancários

A demanda por trabalho nas unidades da Caixa subiu de forma acentuada ao longo dos últimos anos, e vem crescendo a cada dia. São cada vez mais amplas e diversas as políticas sociais do governo que passam pela empresa, assim como as modalidades de serviços prestados à sociedade. Na área comercial, os desafios apresentados pelas oportunidades de negócios também se multiplicam.

No encerramento do primeiro trimestre deste ano, a carteira de todos os segmentos da empresa somou 60,5 milhões de clientes. Considerando correntistas e poupadores, o crescimento foi de 10,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento do número de contas correntes ativas foi 16,8%, chegando a 19,8 milhões entre pessoas físicas e jurídicas.

Considerando os 12 meses anteriores a março, a carteira de crédito total da Caixa expandiu em 41,1%, atingindo saldo de R\$ 268,8 bilhões. As contratações imobiliárias registraram expansão de 40,6% e saldo de R\$ 164,6 bilhões.

Entre março de 2011 e março deste ano, o número de agências da Caixa subiu de 2.219 para 2.346 (aumento de 5,7%).

No mesmo período, o quadro de pessoal da empresa subiu de 83.506 para 86.983 empregados (crescimento de 4,2%). O número de estagiários e aprendizes reduziu em 13,2%, de 14.998 para 13.015.

Pelo acordo coletivo obtido com a greve da última campanha salarial, a Caixa ficou de elevar o seu quadro para 92 mil empregados até o final deste ano. Na rodada de negociação da mesa permanente, realizada em 24 de maio último, os representantes dos bancários lembraram a exiguidade do tempo que resta para cumprimento





do compromisso e cobraram da empresa a realização de força-tarefa para atingi-lo. Os negociadores da Caixa prometeram providências para acelerar as contratações.

Com o Plano de Apoio a Aposentadoria (PAA), que recebeu adesões até 29 de junho deste ano, outro expressivo contingente está de saída da empresa. Nessa nova fase do PAA, só os já aposentados pelo INSS somavam 4.500 bancários em condições de optar pelo desligamento. Esse fato agrava a situação e acentua o caráter de urgência à entrada de novos empregados.



Pressão do Conecef

A carência de pessoal na Caixa foi também assunto de destaque nos debates do 28º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado entre 15 e 17 de junho, em São Paulo. O fórum deliberou por cobrar da empresa que ela agilize a substituição de trabalhadores terceirizados e atinja o quanto antes o mínimo de 100 mil empregados. Foi aprovada a realização de Dia Nacional de Luta por Contratações, em data a ser definida pela Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa).

“A urgência na contratação de pessoal decorre da gravidade dos problemas gerados pela absurda sobrecarga de trabalho que está sendo imposta aos bancários, sobretudo nas agências, onde o gargalo, os transtornos e, inclusive, a prática de assédio moral se manifestam de forma mais contundente”, ressalta o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e vice-presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.

Está suficientemente claro para as representações dos empregados que a defasagem do quadro de pessoal em relação à demanda por serviço determina a extenuante carga de trabalho, cria ambiente propício à prática de assédio moral pelo cumprimento de metas e retira dos trabalhadores momentos de lazer e de convivência com a família, levando-os à fadiga física e mental. Implica ainda perda na capacidade de



Jair Pedro Ferreira – vice-presidente da Fenae e coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa)

execução das políticas públicas e dificuldade na inclusão bancária, na ampliação do crédito e no aproveitamento de oportunidades de negócios oferecidas pelo mercado.

A ideia é fazer com que a empresa adote estratégia para elevar rapidamente o quadro de pessoal ao patamar mínimo de 100 mil empregados concursados e, ao mesmo tempo, sente com os representantes dos bancários para projetar a necessidade real de mão de obra nas unidades, incluindo agências a serem criadas. **“O quantitativo global certamente será bem maior que 100 mil e terá que ser perseguido com a urgência que o crescimento da demanda requer”**, explica Jair Pedro.

A mobilização por mais contratações na Caixa é reforçada por outras reivindicações aprovadas pelo Conecef com o intuito de combater o trabalho gratuito. São o caso da exigência de jornada de 6 horas para todas as funções sem redução salarial e de extinção do registro de horas negativas no Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon).

Isonomia

A isonomia entre empregados novos e antigos, com a extensão da Licença-Prêmio e do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para todos os trabalhadores, esteve também entre as preocupações centrais dos delegados presentes ao 28º Conecef.

Foi aprovada pelo fórum a realização de um encontro nacional da isonomia, em São Paulo, antes da deflagração da campanha salarial 2012, aberto a todos e com caráter organizativo.

Outra frente de batalha pela isonomia indicada pelo Conecef é no âmbito do Congresso Nacional. Será intensificada a pressão sobre os parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.259/2005, que dispõe sobre a isonomia entre os trabalhadores dos bancos públicos federais, como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (Basa). <

Tesouro Nacional: Emprestador em Última Instância

O Estado nacional situa-se no centro das decisões cruciais de financiamento da economia. A especificidade brasileira está em ter setor público que coordena o desenvolvimento do país para superar seu atraso histórico. Mesmo em economia de mercado a la Ocidente, isto é, com livre iniciativa de seus empreendedores, a tendência predominante das “iniciativas particulares vencedoras” é se financiarem em instituições financeiras públicas federais (BNDES, BB, CEF, BNB, Basa), se coligarem com órgãos governamentais de pesquisa (Embrapa, Finep etc.) ou se associarem com empresas estatais (Petrobras, Vale etc.) e instituições paraestatais como fundos de pensão patrocinados por empresas estatais (Previ, Petros, Funcef etc.), cujos Conselhos de Administração são compartilhados com “voto de Minerva” da patrocinadora. O Tesouro Nacional, em última instância, oferece aos investidores risco soberano, para captar em longo prazo, tanto no mercado financeiro doméstico, quanto no internacional, e possibilita a realocação dos recursos em prazos adequados ao financiamento dos setores prioritários para o desenvolvimento brasileiro.

À primeira vista, ocorreria na economia brasileira um “efeito deslocamento” (crowding-out), porque a elevação da taxa de juros que o governo está disposto a pagar (e pode fazê-lo) para tomar financiamento no mercado deslocaria tomadores não-governamentais que não teriam condições de pagá-la. Por um lado, a prioridade na colocação de títulos de dívida pública tiraria espaço no mercado para outros instrumentos de captação financeira, tais como depósitos de poupança, depósitos a prazo, debênture etc. Por outro, a representatividade dos bancos públicos no total de crédito elevou-se para 44%, enquanto a participação relativa das instituições privadas nacionais recuou para 39%. A dos bancos estrangeiros permaneceu em 17%.

Porém, na realidade, ocorre um crowding-in: com a depreciação da moeda nacional, estando agora o país em situação líquida de credor externo, e a queda da taxa de juros, os menores encargos financeiros propiciam queda da relação dívida líquida / PIB. Com a diminuição do déficit nominal e a elevação do superávit primário, há “margem fiscal” para o Tesouro Nacional fazer aportes ou capitalizações dos bancos públicos federais para estes alavancarem, financeiramente, os gastos privados. Verifica-se, então, que os gastos governamentais acabam os estimulando, através de financiamento de seus investimentos, em vez de deslocá-los ou substituí-los.

A capitalização dos bancos públicos federais, seja diretamente, com menor exigência de dividendos das instituições financeiras públicas federais, seja indiretamente, com aportes para o FAT, empréstimos perpétuos ou venda de créditos inadimplentes para a EMGEA (“Podrebras”), permite-lhes alavancar em crédito até nove vezes mais do que o valor em dinheiro necessário para executar, diretamente, políticas públicas. Isto porque a exigência do Acordo de Basileia para os bancos é a manutenção de patrimônio líquido em cerca de 11% dos ativos totais.

Além disso, há os ganhos fiscais resultantes das operações viabilizadas pelo Tesouro Nacional, entre eles, o lucro dos bancos públicos, que retorna à União por meio de dividendos, tributos e lucros retidos; o ganho fiscal em curto prazo, decorrente da expansão imediata do produto e da renda da economia; e o ganho fiscal em longo prazo, resultante da maior capacidade produtiva da economia nos próximos anos, viabilizando o crescimento da demanda sem pressão inflacionária, maior PIB e arrecadação fiscal mais elevada.◀



Arquivo pessoal

Professor Livre-docente do IE-UNICAMP.
Foi Vice-Presidente da Caixa Econômica
Federal de 2003 a 2007.
<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>
E-mail: fernandonogueiracosta@gmail.com.

Atenção à **saúde** do idoso, desafio **legal** e **cultural**



Atenção à saúde dos idosos no Brasil é de doer. E até de morrer. Se não é exagero dizer que cidadãos em geral estão sujeitos a perder a vida em corredores de hospitais, inclusive nos da rede privada, imagine pessoas já em idade avançada, muitas vezes com doenças severas.

O sofrimento e os riscos são ainda maiores quando se trata de idoso de baixo poder aquisitivo, sem plano de saúde para consultas, exames e eventuais internações. Se o caso for de emergência, é melhor contar com a sorte para não se viver um drama.

Esse diagnóstico das agruras e do abandono muitas vezes enfrentados por quem já acumulou meia dúzia de décadas na contagem da idade e teve o infortúnio de se acidentar ou adoecer sintetiza opinião de Marlene Rodrigues Dias, presidente da Associação dos Aposentados do Distrito Federal (AEA-DF).

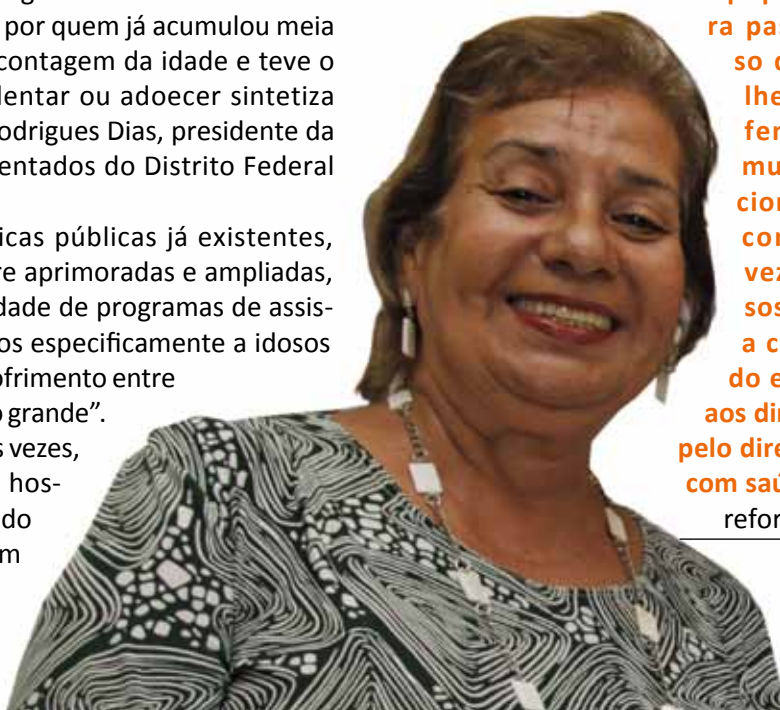
Para além de políticas públicas já existentes, que devem ser sempre aprimoradas e ampliadas, Marlene vê a necessidade de programas de assistência à saúde dirigidos especificamente a idosos carentes, porque “o sofrimento entre os mais pobres é muito grande”.

Ela lembra que, muitas vezes, a pessoa procura um hospital já com dores, tendo saído de casa em jejum

por falta do que comer, e fica horas, quando não o dia todo, à espera de atendimento. “É uma situação de abandono terrível.”

A assistência defendida pela dirigente da AEA-DF passa pela prevenção, com abordagem de questões como alimentação, condicionamento físico e psicológico, higiene, sexualidade, entre outras. A estrutura de atendimento deve estar próxima às pessoas, nas comunidades, e contar com equipamentos e profissionais de saúde suficientes para procedimentos de baixa e média complexidade.

“A população brasileira passa por processo de rápido envelhecimento e este fenômeno requer mudanças no relacionamento com o contingente cada vez maior de idosos. É preciso criar a cultura do cuidado e da observância aos direitos, a começar pelo direito a envelhecer com saúde e dignidade”, reforça Marlene Dias.



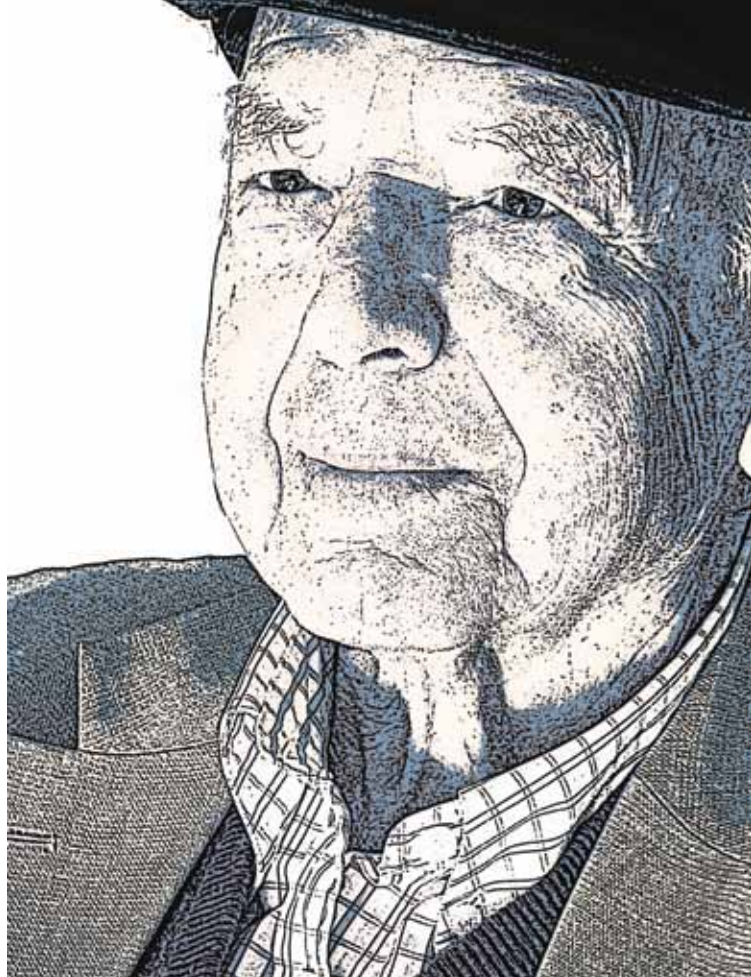
Direitos que já são lei

O desafio de superar as deficiências na atenção à saúde do idoso começa pela observância do que já está na lei, coisa que deveria se dar naturalmente, mas não acontece. É preciso conhecer e fazer cumprir a legislação.

No Brasil, o direito universal e integral à saúde foi conquistado pela sociedade na Constituição de 1988 e reafirmado com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990. Em 1999, a Portaria Ministerial nº 1.395/99 estabeleceu a Política Nacional de Saúde do Idoso, na qual se determinou que o Ministério da Saúde elaborasse ou adequasse planos, projetos e ações em conformidade com as diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas.

Em 2003, veio o Estatuto do Idoso, que, em seu Capítulo IV, trata do papel do SUS na garantia da atenção à saúde da pessoa idosa de forma integral.

Em fevereiro de 2006, foi publicado, por meio da Portaria/GM nº 399, o Pacto pela Saúde, que inclui Pacto pela Vida, e no qual a saúde do idoso aparece como uma das seis prioridades pactuadas como diretrizes para reformulação da Política Nacional de Atenção à Saúde do Idoso.◀



Os direitos já consagrados aos idosos na atenção à saúde incluem:

- atendimento preferencial imediato e individualizado;
- cadastramento da população idosa em base territorial;
- atendimento em unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado;
- atendimento domiciliar para idosos impossibilitados de se locomover;
- reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia;
- medicamentos gratuitos, assim como próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação;
- acompanhante nos período de internação e de observação, por tempo integral.



Novo projeto “**Eu Faço Cultura**”: mais oficinas, mais participação do empregado da Caixa e mais regionalização

Em 2013, o “Eu Faço Cultura” vai passar por mudanças que visam regionalizar o projeto, ampliar as oficinas culturais e aumentar a participação do empregado da Caixa. Para isso, as atividades e shows serão organizados numa grande Feira de Exposições Culturais, que será organizada com o apoio das Apcefs e empregados da Caixa.

A Feira vai concentrar todas as atividades do projeto. Será montada por três dias na praça mais movimentada da cidade e vai congregiar oficinas de percussão, ilhas culturais (minicursos cujas modalidades serão definidas regionalmente) e espetáculos de encerramento (Dia Cultural). Também vai abrigar atividades complementares, como doação de alimentos, roupas ou brinquedos; apresentação de grupos de dança locais e brinquedoteca. Concentrar as atividades em praça pública é uma estratégia para aumentar a visibilidade e agregar mais público ao projeto “Eu Faço Cultura”.

As oficinas de percussão já fazem parte da atual programação do projeto “Eu Faço Cultura”, em escolas e outros locais. A diferença é que em 2013 elas serão realizadas na praça.

As ilhas culturais serão compostas por atividades abertas ao público como oficinas de teatro de bonecos, circo, percussão e instrumentos reciclados. As atividades poderão ser adaptadas de acordo com a demanda de cada cidade.

No Dia Cultural haverá a apresentação das atividades culturais ministradas nas Ilhas culturais. Cada ilha fará uma pequena demonstração do que aprendeu naquela atividade (teatro de bonecos, circo, percussão e instrumentos reciclados). Além disso, o palco vai estar aberto para apresentação das bandas e dos grupos de dança locais, que poderão ser indicadas pelas Apcefs.

Voluntários

O empregado da Caixa também poderá participar do “Eu Faço Cultura” como voluntário, em horários definidos de acordo com a disponibilidade de cada colaborador. Poderá ajudar no cadastro dos candidatos interessados nas atividades e na organização do material didático a ser usado nas oficinas, entre outras atividades.<





Leila

Diviniz

40 anos sem Leila Diniz

A atriz Leila Roque Diniz nasceu no dia 25 de março de 1945, em Niterói, Rio de Janeiro, onde passou a maior parte de sua vida. Atuou em 14 filmes, 12 telenovelas e em várias peças teatrais. Recebeu o prêmio de melhor atriz, no festival de Adelaide, Austrália, pelo filme “Mãos Vazias”. Brilhava na carreira profissional quando faleceu num desastre de avião, há 40 anos, no dia 14 de julho de 1972, em Nova Délhi (Índia) quando voltava da Austrália.

Mas o que projetou Leila Diniz na história, para além da sua carreira artística, foi sua atitude ousada: seu comportamento espontâneo e irreverente chocou muitos setores da sociedade. Em plena ditadura militar, falava o que pensava e vivia do jeito que queria, escandalizando a moral e os bons costumes da época.

Ainda adolescente, foi professora de maternal e jardim de infância. Na sala de aula, aboliu a mesa de professor e adotou uma igual às dos alunos, para espanto de alguns pais. Aos 17 anos saiu de casa para viver um grande amor com o cineasta Domingos de Oliveira que a lançou como atriz no cinema e nas novelas da TV Globo. O casamento durou 3 anos e depois disso se casaria com o diretor moçambicano Ruy Guerra, com quem teve uma filha, Janaína Diniz Guerra.

Em 1971, desfilou grávida de oito meses, de biquíni, na praia de Ipanema, quebrando um tabu até então vigente. Não faltaram protestos e indignação contra o gesto de Leila – acusaram-na de depreciar a maternidade por essa cena que hoje é tão comum nas praias brasileiras.

Falava abertamente sobre sua vida sexual e afetiva: “Você pode amar muito uma pessoa e ir para a cama com outra. Já aconteceu comigo”, declarou a atriz para o O Pasquim, em 1969. Na entrevista, Leila também falou diversos palavrões que foram substituídos por asteriscos. Após essa entrevista considerada histórica, o regime militar instaurou a censura prévia à imprensa pelo chamado Decreto Leila Diniz.

A despeito do preconceito que sofria, Leila Diniz continuava a viver com liberdade. Saiu com os homens que quis. Seu jeito atraía muitos desavisados que a viam como uma “mulher fácil”. Houve até quem oferecesse dinheiro por uma noite com ela. Para um empresário, deu uma resposta categórica: “Eu me deito com todo mundo. Mas não com qualquer um.”

Leila Diniz foi homenageada na música popular brasileira por Martinho da Vila e Nei Lopes, por Erasmo Carlos e Rita Lee. E até hoje o nome Leila Diniz é adotado por coletivos feministas, espaços culturais e organizações que se inspiram na atitude libertária que ela deixou como legado. Leila Diniz tornou-se, em sua breve existência, um ícone da liberdade da mulher.◀

Contagem regressiva para a décima edição dos **Jogos da Fenae**



Faltam poucos dias para começar a décima edição dos Jogos da Fenae. Neste ano, o evento vai se realizar de 18 a 25 de agosto em Vitória (ES), e a previsão é congregar 2.500 atletas de todo o país, podendo chegar a um público de três mil pessoas, entre convidados, familiares e equipes de trabalho



Cada delegação poderá ser formada por até 101 participantes. Nesta edição, a substituição de atletas em quaisquer das modalidades esportivas poderá ser feita até dia 20 de julho. Após esta data, a substituição de atletas só poderá ocorrer entre os já inscritos.

Retrospectiva – O troféu da nona edição dos Jogos da Fenae, realizada em 2010, foi conquistado pela Apcef/SP, campeã geral dos jogos pela primeira vez. Os jogos foram realizados em Fortaleza (CE). Na ocasião, os paulistas levaram 29 medalhas, das quais 15 de ouro, nove de prata e cinco de bronze.

Ranking – A Apcef/DF lidera o histórico de medalhas nos Jogos da Fenae. No ranking geral, a delegação brasiliense tem 139 medalhas: 49 de ouro, 54 de prata e 36 de bronze. A delegação de São Paulo está na segunda posição com 130 medalhas: 49 de ouro, 43 de prata e 38 de bronze. A Apcef/PR está na terceira colocação com 112 medalhas (47 de ouro, 40 de prata e 25 de bronze).

Para seu quadro de medalhas, os Jogos da Fenae adotam o critério do Comitê Olímpico Internacional (COI) para as Olimpíadas, desde sua primeira edição em 1987. Nesse particular, a delegação com as melhores posições é a que obtiver maior quantidade de medalhas de ouro.





Volta à Ilha: Fenae conquista o vice-campeonato

A Fenae Equipe X, formada por empregados da Caixa, conseguiu mais uma vez ficar entre os três primeiros colocados na categoria veterana mista do 17º Revezamento Volta à Ilha, realizado em Florianópolis (SC), no dia 14 de abril. Os atletas conquistaram, pelo segundo ano consecutivo, o vice-campeonato, fechando a prova com o tempo de 11h24min.

A equipe foi definida tomando por base os resultados apresentados pelos atletas nas disputas dos últimos jogos nacionais e regionais, realizados no ano passado, e na Corrida do Pessoal da Caixa.

Além da equipe mista, a Federação patrocinou a Equipe X Fenae Mulher e também inscrições de empregados da Caixa na categoria aberta. Ao todo 21 atletas participaram do revezamento com a marca da Federação.

A equipe feminina teve alguns contratempos: a atleta Maria Sandra perdeu o vôo e foi substituída. No decorrer da prova ocorreram problemas técnicos que resultaram na desclassificação da equipe.

Mesmo assim as atletas conseguiram completar a prova num tempo que equivaleria ao 4º lugar. A atleta Bernardete Minete Meireles avalia: “Penso que todas ficamos apreensivas com a ausência da Maria Sandra. Era nossa força no Morro do Sertão. Passado o susto inicial, passamos a contar com a Sylvia Albuquerque para fazer o Morro - o clima dentro da van [que transportava as atletas no percurso] era uma festa só!”

A Fenae Equipe X foi formada por Elza Vergopolem (SP), Waldirene Catarino (PR), Rosangela Gonçalves (MG), Leila Dalmeida (CE), Nelson Francisco (SC), Ismael Pereira (PR), John Kennedy Santana (DF), Jailto Carvalho (DF), Nirley Normanha (DF), Carlos Guerra (MG).

Volta à Ilha

Dar uma volta inteira na Ilha de Santa Catarina correndo: esta é proposta do revezamento Volta à Ilha. São 140 km correndo a pé por trilhas, morros, praias, estradas de terra e ladeiras, superando os limites do próprio corpo. Embora menor que as edições anteriores, o nível de dificuldade do percurso do 17º Revezamento Volta à Ilha aumentou com mudanças que incluem travessia de barco e dois novos trechos com trilhas na região Norte de Florianópolis.



Corrida do Pessoal da Caixa

As Apcefs estão promovendo a quarta edição da Corrida do Pessoal da Caixa. A maioria das associações realizou a Corrida nos meses de maio e junho, e algumas agendaram para julho. Todas são realizadas nas distâncias de 5 ou 10 quilômetros, ou ambas simultaneamente.

A associação de Santa Catarina abriu a temporada de corridas no dia 6 de maio. No mesmo mês realizaram a corrida as Apcefs do Rio Grande do Norte, Pará, Pernambuco, São Paulo, Acre, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Piauí, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Em junho, a Corrida aconteceu no Rio de Janeiro, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Roraima. O evento de Minas Gerais será realizado em julho.

A Corrida do Pessoal da Caixa integra as comemorações do aniversário de 41 anos da Fenae, completados em 29 de maio. O evento ocorre anualmente desde 2009 e tem o objetivo de fortalecer o processo de integração entre a Fenae e as Apcefs. <



Grande participação na Apcef/DF



Animação geral na Apcef/MA



Na Apcef/PR, pausa para a foto



Sorteio dos **Jogos da Fenae** é transmitido ao vivo

Os Jogos da Fenae 2012 prometem. A Comissão Organizadora inovou e realizou o sorteio da tabela em grande estilo, com transmissão ao vivo pela internet



Durante mais de três horas, por meio do site da Fenae, os associados das Apcefs de todo o país puderam acompanhar o sorteio das chaves para as disputas nas 25 modalidades que compõem os jogos. O sorteio ocorreu no último dia 28 de junho, em Brasília, e a divulgação oficial da tabela com todos os confrontos, locais e horários dos jogos ocorreu no dia 6 de julho.

Durante o sorteio, a Comissão Organizadora esteve reunida, sob a coordenação do diretor de Esportes da Fenae, César Cotrim, com acompanhamento de Jair Pedro Ferreira (diretor vice-presidente da Fenae), Fabiana Matheus (diretora de Administração e Finanças da Fenae) e dos seguintes presidentes de Apcefs: Titony Passos (presidente da Apcef/ES – anfitriã), Marcelo Boing/SC (região Sul), Manoel de Carvalho/RJ (região Sudeste), Cícero Santos/MS (região Centro-Oeste), Gisele Menezes/MA (região Nordeste) e Isan Guimarães/PA (região Norte).

Credenciamento

A Comissão Organizadora divulgou ainda os hotéis onde ficarão hospedados os 2.365 atletas inscritos nos Jogos da Fenae 2012. A lista está disponível no site da Federação. O credenciamento dos atletas nos hotéis será no dia 18 de agosto, das 8 às 18 horas, por pessoas designadas pela secretaria do evento. Atletas com chegada programada para datas posteriores pegarão o kit com os representantes de suas respectivas delegações.

A abertura da 10ª edição dos Jogos da Fenae começará às 19 horas do dia 18 de agosto, no ginásio Álvares Cabral, em Vitória.◀

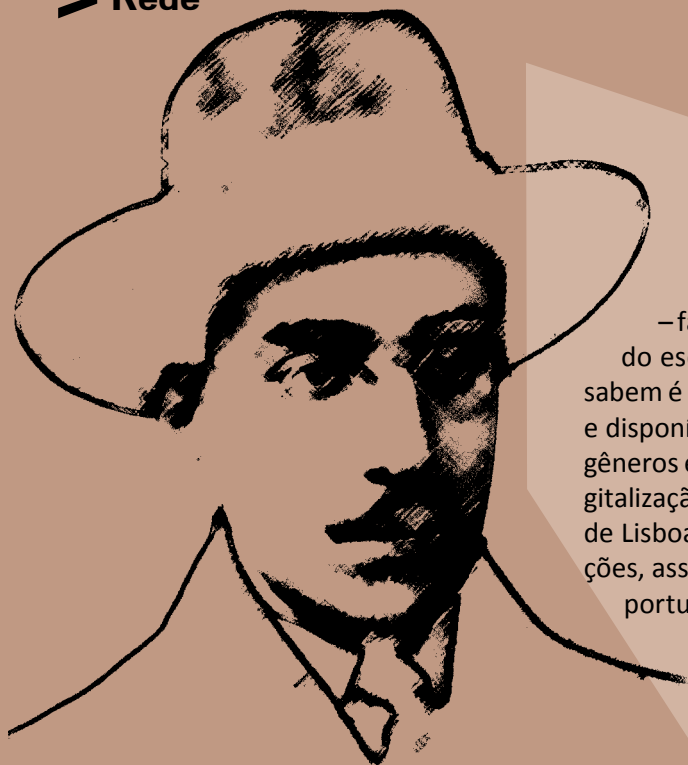


De 18 a 25 de agosto, os Jogos da FENAE
vão agitar **Vitória/ES**. Acompanhe as competições,
confira os resultados e comemore com os vencedores.
Acesse o hotsite dos jogos na página
da Federação **www.fenae.org.br**



Jogos da
FENAE
Vitória 2012





Biblioteca pessoal do **Fernando Pessoa**

Fernando Pessoa – um dos maiores poetas da Língua Portuguesa – faleceu em novembro de 1935. Muitos leitores conhecem as obras do escritor, espalhadas em livrarias e sebos virtuais. O que poucos sabem é que a biblioteca particular de Fernando Pessoa está digitalizada e disponível gratuitamente na internet: são 1.142 volumes, de todos os gêneros e em vários idiomas, densamente anotados e manuscritos. A digitalização do acervo foi feita pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Os livros, no formato PDF e JPG, trazem dedicatórias, anotações, assinaturas, notas, diagramas e poemas do maior poeta de língua portuguesa da história.

Ficou curioso? Confira:

casafernandopessoa.cm-lisboa.pt

Discografia completa do **Caetano Veloso**

Caetano Veloso completa 70 anos e presenteia os fãs com sua discografia completa: no novo site lançado pelo cantor, é possível ouvir, gratuitamente, as faixas de seus 41 discos. Para fazer o download das músicas, no entanto, é preciso pagar em torno de um dólar por música, e o disco completo pode custar até 10 dólares. O site também oferece as letras das músicas e os encartes dos álbuns.

Aproveite: www.cateanoveloso.com.br



Palestras do mundo todo e com legenda em português!

A fundação privada sem fins lucrativos Tecnologia, Entretenimento, Design (TED), dos Estados Unidos, começou a disponibilizar palestras on line com o objetivo de divulgar ideias que merecem ser espalhadas ("Ideas worth spreading"). A primeira conferência foi realizada na Califórnia e, desde então, o TED tem contado com vários pensadores, entre eles Steve Jobs, Bill Gates, Bono Vox, Al Gore, James Cameron e Paul Simon. As traduções das palestras para português são feitas por voluntários do Projeto de Tradução Aberta da TED, que continua aberto para contribuições.

Amplie seus os horizontes: www.ted.com/translate/languages/pt-br



> Pegadas

Rota do Mar e das Montanhas no **Espírito Santo**

Região tem natureza exuberante e tradições europeias. As cidades do circuito são Vitória, Viana, Domingos Martins, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante, combinando o clima quente do litoral com o frescor das montanhas



No Espírito Santo, mar e montanha são o cenário de um roteiro rico em aventura, história, cultura e muita diversão. Quem visitar a Rota do Mar e das Montanhas, formada pelos municípios de Vitória, Viana, Domingos Martins, Marechal Floriano e Venda Nova do Imigrante, terá o privilégio de curtir o clima mais quente do litoral, combinado com o frescor das montanhas. Há desde praias, cachoeiras, museus, locais para a prática de esportes radicais até moqueca capixaba e pratos típicos da culinária alemã ou italiana, preparados por imigrantes. De uma cidade para outra, a distância é de apenas 40 minutos.





Considerada um dos pontos altos do turismo capixaba, a Rota do Mar e das Montanhas tem como ponto de partida a cidade de Vitória, a única que representa o litoral nessa região turística. É a capital do estado e a terceira mais antiga do país, fundada em 8 de setembro de 1551, e ostenta atrativos como enseadas, mangues, praias, parques e praças. As praias mais visitadas são a de Camburi, Curva da Jurema, Ilha do Boi e Ilha de Frade. Vitória tem 91 m² de área verde por habitante, possuindo ainda 12 parques e reservas ecológicas com trilhas e espaços para atividades físicas e culturais.

Nas outras cidades do roteiro, a paisagem é marcada por vales, cachoeiras, reservas ecológicas, rochedos e orquídeas. O agroturismo, por exemplo, atrai pessoas que procuram algo tranquilo, rústico e emocionante, sendo que produtos típicos como geleias, doces, biscoitos, licores e vinhos fazem parte da tradição e contribuem para o bom desempenho da economia local. O maior representante dessas iguarias é o Socol, um embutido produzido apenas em Venda Nova, com sabor único e preparado da mesma forma que os primeiros imigrantes faziam para conservar o produto.

Na Rota do Mar e das Montanhas, a cidade de Domingos Martins, herança deixada por imigrantes alemães e italianos, é conhecida por ter um dos três melhores climas do mundo, com temperatura média de 18 graus. Ali, um dos passeios obrigatórios é o Parque Estadual de Pedra Azul, com suas piscinas naturais.

O circuito da Rota do Mar e das Montanhas tem muito a mostrar. O cenário é de mar, lazer, porto, natureza, ilha, negócios, eventos, gastronomia, resgate histórico e conhecimento de uma cultura peculiar trazida por imigrantes de cada uma das cidades da região. <



Qual o tamanho Convên



EDUCAÇÃO

AIEC

A Faculdade AIEC oferece o primeiro curso de graduação em Administração via internet. Reconhecido pelo MEC e Certificação ISO 9001:2008. Tem pólos no Brasil, e utiliza uma sofisticada tecnologia educacional.

Descontos: 27% para a matrícula e mensalidades do primeiro semestre, e 17% no segundo semestre. Veja as condições, vantagens e mais descontos no site.

Universidade Católica de Brasília Virtual

Conteúdos exclusivos e tutoria efetiva dos professores, aliados a um ambiente virtual de aprendizagem altamente interativo. Elevado nível de disponibilidade de acesso à plataforma, em tempo integral.

Descontos: 10% nos cursos de graduação, pós e extensão relacionados na página da Fenaec.

Estácio de Sá

Unidades no RJ, SP, MG, ES, SC, MS, BA, PE, PA e CE. Graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. Cursos avaliados pelo MEC com os melhores conceitos de qualidade.

Descontos: 20% para graduação tradicional, graduação profissional, pós-graduação lato sensu e cursos na modalidade de ensino à distância.

Escola Aberta

Há 42 anos desenvolve programas educacionais, forma pessoas, presta assessoria, elabora publicações e materiais para cursos. Oferece qualificação e aperfeiçoamento profissional por meio de cursos à distância, sob a perspectiva da educação continuada.

Descontos: confira a tabela no site.

WPÓS

Iniciativa conjunta entre o Instituto A Vez do Mestre e a Universidade Cândido Mendes para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu à distância, autorizados pelo MEC. A metodologia permite qualidade com flexibilidade de tempo. É possível matricular alunos em qualquer data, em 25 áreas.

Descontos: ver tabela no site.

FAEL

Cursos à distância de graduação e pós-graduação, promovendo o aprimoramento profissional. São mais de 170 pólos credenciados e 25 cursos que também podem ser realizados nos mais de 500 centros de apoio espalhados por todo o Brasil. Todos os cursos oferecidos pela instituição são autorizados pelo MEC.

Desconto: 15% pelo convênio e mais 15% para pagamento pontual.

Tecno Master IT Solutions

Empresa especializada em TI, tendo como serviços: treinamentos, criação e manutenção de sites, montagem e configuração de servidores de pequeno e grande porte, Desenvolvimento de software, terceirização de serviços de TI, marketing digital e consultorias.

Descontos: 15% sobre o valor de todos os treinamentos de Informática.

SM@RT Cursos de Inglês Online

Com 20 anos de experiência, a Sm@rt tem curso completo do básico ao avançado, com 1000 horas de conteúdo e ensino, acesso 24 horas por dias, sete dias por semana. Conteúdo da BBC Learnig English, aulas em grupo ao vivo ilimitadas, professores bilíngues e nativos, certificado no final do curso.

Descontos: 54% em relação ao valor ofertado ao público em geral.

Grupo Eurodata

Com 17 anos no mercado, é uma das marcas mais fortes no setor de educação. A maior média de alunos por escola. A Eurodata, a Eurodata Interativa e a Extreme são as únicas empresas no mercado com Certificação ISO 9001 do material didático, o que lhe garante alta qualidade e um aprendizado mais consistente.

Descontos: 60% em relação ao valor ofertado ao público em geral, com isenção de matrícula e material didático incluso.



VEÍCULOS, TRANSPORTE E LOGÍSTICA

Ford Motor Company Brasil

Descontos exclusivos na compra de um Ford zero km, faturamento direto da fábrica, preço único em mais de 400 distribuidores Ford Brasil, e entrega do veículo com frete incluso em um distribuidor de sua preferência.

Descontos: ver tabela mensal no site.

Alvorada Transporte e Logística

Sediada em Brasília, com filial no Rio de Janeiro. Armazenagem, guarda móveis, distribuição em geral, transportes especiais, transportes de veículos.

Descontos: 10%.

do seu sonho?

ios Fena e ajuda você

a retirá-lo do papel...



INFORMÁTICA

Dell Computadores do Brasil

Cada beneficiário poderá adquirir até cinco computadores por ano, cota limitada à compra de no máximo três unidades a cada quatro meses.

Desconto: 10% na compra de computadores sobre o valor de oferta do site.



ELETRDOMÉSTICOS

Mabe

Na Mabe você pode adquirir eletrodomésticos das marcas GE, Bosch, Continental e Dako com comodidade e segurança, sem sair de casa e com facilidade no pagamento.

Descontos: até 35%, pagamento em até 10 vezes sem juros ou à vista boleto bancário.

Electrolux

Excelência na fabricação de refrigeradores, lavadoras, microondas, freezers, fogões, condicionadores e outros. Completa linha com design moderno e caracte-



terísticas específicas para cada tipo de consumidor.

Descontos: 10% a 15% abaixo da média aplicada para o varejo. Pagamento por depósito bancário, boleto ou cartão de crédito.

Polishop

Empresa do grupo Polimport, uma das mais eficientes e bem sucedidas empresas de marketing direto da América Latina. Reconhecida por criar marcas de sucesso e lançar produtos inovadores. Soluções inovadoras e de qualidade.

Benefícios: combos exclusivos, com a variedade e qualidade Polishop. Tudo em 12X sem juros no cartão de crédito e com frete grátis para todo o Brasil.

... aqui, seus sonhos se tornam realidade



LAZER E TURISMO

Plaza Hotéis Resorts Spas Brasil

Hotéis e resorts em Porto Alegre, Blumenau, Itapema/SC, Santo Amaro da Imperatriz/SC e Camaçari/BA.

Descontos: 20% para os hotéis executivos e de 10% para os resorts.

DF Turismo & Representações

Emissão de passagens, hospedagens, receptivos, venda de pacotes nacionais e internacionais, cruzeiros e captação e organização de eventos em todo o Brasil.

Descontos: 3% da tarifa de pacotes e reservas de hotéis.

Rede de Hotéis San Raphael

Localizados na região central do Largo do Arouche, próximos aos principais centros de compras, lazer, cultura, arte e gastronomia de São Paulo. Descontos especiais.

Rio Quente Resorts e Hot Park

Rio Quente, Goiás, é cidade tranquila e agradável, por onde passa o ribeirão de águas quentes, cercada por fauna e flora exuberantes.

Descontos: 10% para hospedagem, 10% nas excursões aéreas e rodoviárias e 25% nos ingressos para o Hot Park. Promoções especiais para crianças e adultos acima de 60 anos.

Castro's Park Hotel

Primeiro e único 5 estrelas de Goiânia. Completa estrutura de eventos, buffet próprio, diárias com café da manhã, estacionamento com manobrista e internet gratuito.

Descontos: 45% da tarifa balcão do hotel, de domingo a domingo. Somente para reservas sem intermédio de agências ou operadoras de turismo.

Hotel Bonsai

Um dos melhores de Bonito-MS. Equipe profissional, estacionamento seguro, e área verde com riacho de águas cristalinas cercado de mata ciliar, para momentos de paz e tranquilidade.

Descontos: confira no site o tarifário para os beneficiários do convênio.

Pousada Pedra da Ilha

Situada na Praia Alegre, em Penha, SC, frente ao mar, a 5 km do Parque Beto Carrero. Conheça a pousada através do vídeo institucional: www.pedradailha.com.br/blog/videoinstitucional

Descontos: 20% na baixa temporada (abril a

outubro, exceto julho) e 10% na alta temporada (novembro a março e julho) e pacotes de feriados.

Coqueiros Express Hotel

Perfeito para tornar suas férias práticas a um custo bem acessível, seja para desfrutar das belezas de Maceió ou para negócios. Ótima localização na praia de Ponta Verde.

Descontos: 15% em relação ao valor ofertado ao público em geral.

Estanplaza Hotels

Concebida a partir das necessidades das empresas e hóspedes, e localizada nas melhores regiões da cidade de São Paulo: Estanplaza Nações Unidas, Estanplaza Ibirapuera, Estanplaza Paulista, Estanplaza Berrini, Estanplaza Funchal e Estanplaza International.

Descontos: verifique o tarifário dos hotéis conveniados no site.

Rede Vila Galé Brasil

Um dos principais grupos hoteleiros que integra o ranking das 250 maiores empresas hoteleiras mundiais. Conta com cerca de 2.400 funcionários, equipe coesa com enorme paixão pela hotelaria e o turismo nacional.

Descontos: veja no site a tabela com o tarifário firmado para este convênio.

CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

A chance de conquistar seu imóvel da forma mais inteligente, com vantagens e condições jamais vistas.

- Taxa de Administração Exclusiva de 6,5%, no prazo de 150 meses;
- Cartas de Crédito de R\$ 100 mil a R\$ 200 mil, múltiplos de 10 mil;
- Isenção da Taxa de Administração Antecipada;
- Grupo de 450 pessoas.



Aproveite esta oportunidade única. É agora ou nunca!

Acesse www.mundocaixa.com.br
e compre online.

Descubra a importância de ser associado **Apcef**



Sua
APCEF



FENAE



APCEF



O benefício que
você conquistou